LEGISLAÇÃO NACIONAL
NO DOMÍNIO DO AMBIENTE

Principais diplomas legais em 2023

GENERALIDADES

- Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro - Estabelece o modelo de governação dos fundos europeus para o período de programação 2021-2027.

- Despacho n.º 1456/2023, 2ª Série, de 30 de janeiro, dos Gabinetes da Ministra da Defesa Nacional e do Ministro do Ambiente e da Ação Climática - Atribuição do 29.º Prémio Defesa Nacional e Ambiente.

- Despacho n.º 1457/2023, 2ª Série, de 30 de janeiro, dos Gabinetes da Ministra da Defesa Nacional e do Ministro do Ambiente e da Ação Climática - Atribuição da Menção Honrosa do 29.º Prémio Defesa Nacional e Ambiente.

- Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro - Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2023.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2023, 1º Suplemento, de 6 de fevereiro - Declara as cheias e inundações como ocorrência natural excecional e aprova medidas de apoio em consequência dos danos causados.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2023, de 10 de fevereiro - Aprova a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030 - ECO360.

- Declaração de Retificação n.º 7/2023, de 15 de fevereiro - Retifica a Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2023.

- Aviso n.º 4194/2023, 2ª Série, de 27 de fevereiro - Registo Nacional das Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA) e Equiparadas.

- Aviso n.º 4195/2023, 2ª Série, de 27 de fevereiro - Lista das Organizações Não-Governamentais de ambiente (ONGA) e equiparadas com a inscrição ativa no Registo Nacional, até 31 de dezembro de 2022.

- Despacho n.º 3355-A/2023, 1º Suplemento, 2ª Série, do Gabinete do Ministro do Ambiente e Ação Climática - Aprova o orçamento do Fundo Ambiental para o ano de 2023.
Alterado pelo Despacho n.º 8485/2023, 2ª Série, de 22 de agosto.
Alterado pelo Despacho n.º 11680/2023, 2ª Série, de 17 de novembro.

- Despacho n.º 3762/2023, 2ª Série, de 24 de março, do Secretário de Estado da Digitalização e da Modernização Administrativa - Designa a Agência para a Modernização Administrativa, I. P., como entidade competente para a passagem de certidão que ateste a ocorrência de qualquer deferimento tácito ou outro tipo de efeitos positivos associados à ausência de resposta das entidades competentes.

- Despacho n.º 3926/2023, 2ª Série, de 29 de março, do Ministro do Ambiente e da Ação Climática - Cria a Unidade de Missão para o Novo Pacto Verde.

- Despacho n.º 5296/2023, 2ª Série, de 9 de maio, da Ministra da Defesa Nacional e do Ministro do Ambiente e da Ação Climática - Aprova o Regulamento do Prémio Defesa Nacional e Ambiente.

Alterado pelo Despacho n.º 6062/2023, 2ª Série, de 31 de maio.

- Decreto-Lei n.º 35/2023, de 26 de maio - Procede à consagração do Conselho de Concertação Territorial.

- Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio - Procede à conversão das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional em institutos públicos.

Declaração de Retificação n.º 15-A/2023, de 25 de julho.

Alterada pelo Decreto-Lei n.º 114/20023, de 4 de dezembro.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2023, de 9 de junho - Institui o dia 25 de setembro como o Dia Nacional da Sustentabilidade.

- Decreto-Lei n.º 49/2023, de 30 de junho - Altera o regime da organização e funcionamento do XXIII Governo Constitucional.

- Despacho n.º 8485/2023, 2ª Série, de 22 de agosto, do Gabinete do Ministro do ambiente e Ação Climática - Altera o Despacho n.º 3355-A/2023, de 14 de março, que aprova o orçamento do Fundo Ambiental para o ano de 2023.

Alterado pelo Despacho n.º 11680/2023, 2ª Série, de 17 de novembro.

- Despacho n.º 10736/2023, 2ª Série, de 20 de outubro, do Gabinete da Secretária de Estado da Energia e Clima - Define o Grupo de Trabalho para a criação do Centro de Inovação para a Valorização do Lítio (GTCIVaL).

- Despacho n.º 11680/2023, 2ª Série, de 17 de novembro, do Gabinete do Ministro - Segunda alteração ao Despacho n.º 3355-A/2023, de 14 de março, que aprova o orçamento do Fundo Ambiental para o ano de 2023.

- Despacho n.º 11912/2023, 2ª Série, de 23 de novembro, do Gabinete da Secretária de Estado da Energia e Clima - Cria um grupo de trabalho designado «Grupo de Trabalho para a definição das Áreas de Aceleração de Energias Renováveis (GTAER)».

- Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro - Orçamento do Estado para 2024

ÁGUA

- Despacho n.º 3123/2023, 2ª Série, de 8 de março, Economia e Mar, Ambiente e Ação Climática e Agricultura e Alimentação - Cria o grupo de trabalho com a missão de elaborar uma proposta de revisão do Despacho Conjunto n.º 626/2000, de 6 de junho, que determina quais os procedimentos a tomar para o licenciamento das operações de rega de solos agrícolas com águas residuais, nomeadamente águas russas dos lagares de azeite, bem como os seus condicionalismos.

- Despacho n.º 4445/2023, 2ª Série, de 12 de abril - Declaração de caducidade do contrato de concessão para produção de energia hidroelétrica no aproveitamento hidroelétrico do Cabril.

- Portaria n.º 115/2023, de 5 de maio - Procede, para o ano de 2023, à identificação das águas balneares costeiras e de transição e das águas balneares interiores, fixando as respetivas épocas balneares, e à qualificação como praia de banhos, onde é assegurada a presença de nadadores-salvadores.

- Portaria n.º 137/2023, 24 de maio - Procede à primeira alteração à Portaria n.º 119/2015, de 30 de abril, que aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações inseridas na massa de água Sistema Aquífero de Sines - Zona Norte.

- Despacho n.º 6543/2023, 2ª Série, de 16 de junho, dos Gabinetes do Ministro do Ambiente e da Ação Climática e da Ministra da Agricultura e da Alimentação - Determina a elaboração das bases do Plano Regional de Eficiência Hídrica de Trás-os-Montes.

- Portaria n.º 241/2023, de 28 de julho - Aprova a delimitação do perímetro de proteção da captação de águas subterrâneas designada por «Poço de Ribeira de Alge», no concelho de Figueiró dos Vinhos.

- Portaria n.º 247/2023, de 1 de agosto - Aprova a delimitação do perímetro de proteção da captação RA1-AT3 no polo de captação de Amieira do Tejo, no concelho de Nisa.

- Portaria n.º 248/2023, de 1 de agosto - Aprova a delimitação do perímetro de proteção da captação RA1 no polo de captação de Aldeia Velha, no concelho de Avis.

- Portaria n.º 258/2023, de 11 de agosto - Procede à primeira alteração à Portaria n.º 176/2017, de 29 de maio, que aprova a delimitação dos perímetros de proteção de captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público localizadas nos concelhos de Vendas Novas e Montijo.

- Portaria n.º 259/2023, de 11 de agosto - Procede à primeira alteração à Portaria n.º 248/2015, de 17 de agosto, que aprova a delimitação dos perímetros de proteção de captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público localizadas no concelho de Abrantes.

- Portaria n.º 260/2023, de 11 de agosto - Procede à revogação da Portaria n.º 72/2022, de 2 de fevereiro, que aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações designadas por Mina de Carepa e Nascente da Foz do Cobrão, localizadas no concelho de Vila Velha de Ródão.

- Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto - Estabelece o regime jurídico da qualidade da água destinada ao consumo humano, **transpondo** diversas diretivas.
- Portaria n.º 280/2023, de 12 de setembro - Aprova a delimitação do perímetro de proteção da captação de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público localizada no concelho de Castelo Branco.

- Despacho n.º 9404/2023, 2ª Série, de 13 de setembro, Secretário de Estado do Ambiente **-** Prorroga o prazo de elaboração do Programa Especial das Albufeiras de Ribeiradio e Ermida (PEARE).

- **Decreto-Lei n.º 83/2023**, de 25 de setembro - Altera o regime jurídico relativo à instalação e exploração dos estabelecimentos de culturas em águas marinhas.
Declaração de Retificação n.º 23/2023, de 24 de novembro de 2023.

- Decreto-Lei n.º 87/2023, de 10 de outubro - Altera o regime da utilização dos recursos hídricos e o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente.

- Resolução da Assembleia da República n.º 119/2023, de 31 de outubro - Recomenda ao Governo que modernize a monitorização dos recursos hídricos.

- Resolução da Assembleia da República n.º 120/2023, de 31 de outubro - Recomenda ao Governo que promova a utilização de águas residuais tratadas no combate a incêndios rurais, reforçando a Rede de Pontos de Água.

- Resolução da Assembleia da República n.º 121/2023, de 31 de outubro - Recomenda ao Governo que afete fundos, incluindo do Plano de Recuperação e Resiliência, a intervenções para a redução das perdas de água.

- Resolução da Assembleia da República n.º 122/2023, de 31 de outubro - Recomenda ao Governo novas soluções de monitorização e abastecimento de água em Portugal.

- Despacho n.º 11481/2023, 2ª Série, de 10 de novembro, Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente - Aprova a elaboração do Programa Especial da Albufeira do Torrão (PEAT).

- Despacho n.º 11482/2023, 2ª Série, de 10 de novembro, do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente - Aprova a elaboração do Programa Especial da Albufeira de Vilarinho das Furnas (PEAVF).

- Despacho n.º 11483/2023, 2ª Série, de 10 de novembro, do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente - Aprova a elaboração do Programa Especial da Albufeira do Vilar (PEAV).

- Portaria n.º 377/2023, de 16 de novembro - Segunda alteração à Portaria n.º 283/2016, de 27 de outubro, que aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações de água subterrânea localizadas no concelho de Arganil

IMPACTE AMBIENTAL

- **Decreto-Lei n.º 11/2023**, de 10 de fevereiro - Procede à reforma e simplificação dos licenciamentos ambientais.

Declaração de Retificação n.º 7-A/2023, 2º Suplemento, 1ª Série, de 28 de fevereiro.
Declaração de Retificação n.º 12-A/2023, 1.º Suplemento, de 10 de abril
Declaração de Retificação n.º 12-B/2023, 1.º Suplemento, de 10 de abril.

- Decreto-Lei n.º 26/2023, de 10 de abril - Clarifica o regime de avaliação ambiental aplicável aos planos de afetação do espaço marítimo.

- Declaração de Retificação n.º 12-A/2023, 1º Suplemento, de 10 de abril - Retifica o Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro, que procede à reforma e simplificação dos licenciamentos ambientais.

- Declaração de Retificação n.º 12-B/2023, 1.º Suplemento, de 10 de abril **-** Retifica a Declaração de Retificação n.º 7-A/2023, de 28 de fevereiro, que retifica o Decreto-Lei n.º 11/2023.

- Decreto-Lei n.º 87/2023, de 10 de outubro - Altera o regime da utilização dos recursos hídricos e o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente.

LITORAL

- Aviso n.º 5024/2023, 2ª Série, de 9 de março - Alteração dos Planos de Intervenção nas Praias de Pedrógão (PP 33) e de Pedrógão Sul (PP 34) - anexo iv do Regulamento de Gestão das Praias Marítimas do troço Ovar-Marinha Grande, aprovado pelo Aviso n.º 11506/2017, de 29 de setembro.

- Aviso n.º 5221-C/2023, 2º Suplemento, 2ª Série, de 10 de março - Aprova a alteração por adaptação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura - Vila Real de Santo António, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2005, de 27 de junho.

- Aviso n.º 9503/2023, 2ª Série, de 16 de maio - Discussão pública do projeto do Regulamento de Gestão das Praias Marítimas do Troço da Orla Costeira Caminha-Espinho.

- Despacho n.º 8034/2023, 2ª Série, de 4 de agosto - Nomeação de representantes da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA), na comissão consultiva do Plano de Afetação para as Energias Renováveis Offshore (PAER) e subdelegação de competências do vice-presidente do conselho diretivo da APA nos seus representantes.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/2023, de 10 de outubro - Aprova o Plano de Afetação para a Imersão de Dragados na Costa Continental Portuguesa.

- Despacho n.º 11484/2023, 2ª Série, de 10 de novembro, do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente - Retoma o procedimento de revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Sines-Burgau, na área compreendida entre Odeceixe e Burgau, e do POOC Burgau-Vilamoura, cuja fusão nos troços em causa, após a revisão, dará origem ao Programa da Orla Costeira Odeceixe-Vilamoura (POC-OV).

PROTEÇÃO RADIOLÓGICA

- Portaria n.º 254/2023, de 4 de agosto - Aprova o Programa de Monitorização Ambiental da Radioatividade (PRAD).

- Decreto-Lei n.º 139-D/2023, 4º Suplemento, de 29 de dezembro - Procede à alteração do regime jurídico da proteção radiológica.

RESÍDUOS

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023**, de 24 de março - Aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2023, de 24 de março - Aprova o Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2030.

- Aviso n.º 23/2023, de 1 de junho - Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de aprovação da Convenção Internacional de Hong Kong para a Reciclagem Segura e Ambientalmente Correta dos Navios, 2009, adotada em Hong Kong, China, em 15 de maio de 2009.

- Decreto-Lei n.º 70/2023, de 22 de agosto - Prorroga o prazo da concessão do sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Baixo Cávado.

- Portaria n.º 270/2023, de 29 de agosto - Procede à segunda alteração à Portaria n.º 331-E/2021, de 31 de dezembro, que regulamenta a contribuição sobre as embalagens de utilização única de plástico ou alumínio, ou multimaterial com plástico ou com alumínio, a serem adquiridas em refeições prontas a consumir.

- Despacho n.º 9830/2023, 2ª Série, de 22 de setembro, dos Gabinetes dos Secretários de Estado do Turismo, Comércio e Serviços e do Ambiente - Determina os valores de

contrapartidas financeiras, devidos pela recolha seletiva, que visam cobrir os custos decorrentes das operações de recolha e triagem efetuadas pelos sistemas de gestão de resíduos urbanos.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2023, de 18 de outubro - Aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos.

- Despacho n.º 13288-C/2023, 3º Suplemento, 2ª Série, de 29 de dezembro - Gabinetes dos Secretários de Estado do Turismo, Comércio e Serviços e do Ambiente - Prorroga até 30 de junho de 2024 os valores das contrapartidas financeiras devidos pela recolha seletiva de resíduos de embalagem e respetiva triagem, a pagar pelas entidades gestoras do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens aos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos.

- Despacho n.º 13288-D/2023, 3º Suplemento, 2ª Série, de 29 de dezembro - Gabinetes dos Secretários de Estado do Turismo, Comércio e Serviços e do Ambiente - Prorroga até 30 de junho de 2024 a vigência das licenças atribuídas às entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos.

RUÍDO

- Portaria n.º 42/2023, de 9 de fevereiro - Regulamenta o regime de avaliação e gestão do ruído ambiente e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) n.º 2020/367, da Comissão, a Diretiva Delegada (UE) n.º 2021/1226, da Comissão, e dá execução ao Regulamento (UE) n.º 2019/1010, do Parlamento Europeu e do Conselho.

- Despacho n.º 3324/2023, 2ª Série, de 11 de março, dos Secretários de Estado do Ambiente e da Mobilidade Urbana - Reconhece o interesse público das frentes de obra de execução da expansão do Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto para efeitos da dispensa da exigência do cumprimento dos valores-limite estabelecidos no Regulamento Geral do Ruído.

- Portaria n.º 236-A/2023, 1º Suplemento, de 27 de Julho - Cria um regime excecional relativo à operação de aeronaves no Aeroporto Humberto Delgado entre os dias 28 de julho e 8 de agosto de 2023.

SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS

- Decreto-Lei n.º 23/2023, de 5 de abril - Procede à transposição de diretivas delegadas (UE) relativas à utilização de substâncias perigosas em equipamento elétrico e eletrónico.

- Portaria n.º 283/2023, de 18 de setembro - Aprova os anexos da Diretiva Delegada (UE) 2022/2407 da Comissão que adapta ao progresso científico e técnico os anexos da Diretiva 2008/68/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa ao transporte terrestre de mercadorias perigosas.

PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE

- Despacho n.º 2789-I/2023, 2º Suplemento, 2ª Série, de 28 de fevereiro, do Ministro Ambiente e Ação Climática - Institui o Comité de Acompanhamento do Programa Ação Climática e Sustentabilidade (PACS).

- Portaria n.º 103-A/2023, 1º Suplemento, 1ª Série, de 12 de abril - Adota o Regulamento Específico da Área Temática Inovação e Transição Digital, no âmbito dos Sistemas de Incentivos do Portugal 2030.

- Lei n.º 43/2023, de 14 de agosto -Composição, organização e funcionamento do Conselho para a Ação Climática.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2023, de 25 de outubro - Define os critérios ecológicos aplicáveis à celebração de contratos por parte das entidades da administração direta e indireta do Estado.

PARQUES, RESERVAS E ÁREAS PROTEGIDAS

- Lei n.º 63/2023, de 16 de novembro - Revê o modelo de cogestão de áreas protegidas, para melhorar a sua eficácia e garantir maior responsabilização, alterando o Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto.

Declaração de Retificação n.º 1-F/2024, 2º Suplemento de 15 de janeiro.